



**Mensagem dirigida pelo presidente do GECORPA à TSF no seguimento da reportagem divulgada por aquela rádio no dia 13 de Dezembro de 2011**

*Ex.m.<sup>as</sup> Senhores,*

*Refiro-me à notícia desta manhã sobre a Casa do Passal e as obras urgentes que é necessário fazer para evitar a sua derrocada.*

*Foi dito pelo representante da Câmara Municipal de Carregal do Sal (CMCS) que as obras não eram feitas devido ao seu elevado custo comparativamente ao custo de uma intervenção definitiva, apontando-se um valor que poderia chegar aos 300 mil euros e não se dizendo nada quanto ao custo de uma tal intervenção definitiva nem sobre o tempo necessário para a conceber, projectar e executar.*

*Acontece que, segundo as últimas estimativas do GECORPA – Grémio do Património, o custo dos trabalhos provisórios para evitar a derrocada da casa é da ordem dos 150 mil euros, verba pouco relevante quando comparada com o custo de uma intervenção definitiva, que será da ordem de 2 ou 3 milhões de euros. Mas, mais importante, é que uma intervenção definitiva é precedida por um conjunto de fases, a começar pela selecção de uma equipa tecnicamente competente para lançar e dirigir o processo, a definição de uma estratégia de valorização do monumento, a escolha de uma utilização financeiramente sustentável, a selecção de uma equipa projectista, envolve depois a elaboração de um projecto geral, de projectos de especialidades, a mobilização dos necessários recursos financeiros, o lançamento do concurso, a selecção da*

*empresa executante. Tudo isto consome tempo, um ou dois anos, o que não é compatível com o estado de colapso iminente do edifício.*

*O GECORPA promoveu e custeou a realização e aprovação dos projectos das intervenções urgentes -- cobertura provisória e trabalhos de consolidação provisória – necessários para evitar a derrocada do edifício. Estão prontos e aprovados pelo IGESPAR, pela Direcção Regional Centro da Cultura e pela própria CMCS, há mais de um ano.*

*Apesar do desentendimento que, infelizmente, reina na Fundação Aristides de Sousa Mendes, a CMCS tem toda a legitimidade para actuar, e já o devia ter feito há muito tempo. Tem graves responsabilidades no protelar das obras que são urgentemente necessárias para evitar o colapso do que resta da casa do grande português que foi ASM. Demonstra vistas curtas e os argumentos que usa para fugir às suas responsabilidades são falaciosos.*

*Cumprimentos.*

**Vítor Cóias**

**Presidente da Direcção do GECORPA - Grémio do Património**